

INFORMATIVO ESPECIAL

Precedentes



fonte: <https://www.magnific.com/br/vetores-gratis/icones-isometricos-de-servicos-notariais>

Porto Alegre, 2026

Organização e revisão: Equipe Biblioteca do Tribunal

Capa e projeto gráfico:

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)
Escola Judicial
Biblioteca do Tribunal
Av. Praia de Belas, 1432, Prédio III, 3º andar
90110-904 – Porto Alegre – RS

Contatos da Biblioteca: Fone: (51) 3255-2089, e-mail: biblioteca@trt4.jus.br

Sugestões são aceitas por e-mail.

Versão digital disponível no site do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região:
<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/biblioteca/AcervoDigital>

APRESENTAÇÃO

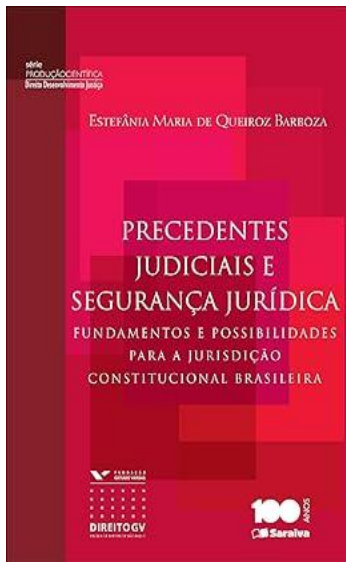
O objetivo desta publicação é disponibilizar fontes de informação que contribuam para a ampliação dos conhecimentos a respeito de temas atuais.

Para composição desta bibliografia, foram utilizadas as seguintes fontes de informação: Catálogo da Biblioteca do TRT4. A Bibliografia reúne documentos de doutrina sobre o tema em destaque. As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem a opinião do TRT4.

Os textos de acesso restrito podem ser solicitados pelo e-mail biblioteca@trt4.jus.br.

DOCTRINA

 <p>enamat TST</p> <p>Volume 15 Normas Internacionais e Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho: Interpretação e Aplicação</p> <p>COLEÇÃO ESTUDOS ENAMAT</p> <p>Registro Bibliográfico:</p> <p>152748</p>	<p>ARRUDA, Kátia Magalhães et al (coord.). Coleção estudos Enamat: volume 15 Normas internacionais e controle de convencionalidade na justiça do trabalho interpretação e aplicação. Enamat, 2025. 423 p. ISBN 9788568898628. Disponível em: https://www.enamat.jus.br/pesquisa/colecao-estudos-enamat. Acesso em: 05 maio 2026.</p> <p>Resumo: A obra apresenta uma análise crítica da jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CIDH e CADH), examinando casos relevantes para a realidade trabalhista brasileira e abordando questões complexas, como a repercussão do Pacto de San José da Costa Rica e os padrões interamericanos de não discriminação nas relações de trabalho, com foco em casos concretos de trabalho escravo contemporâneo, racismo e discriminação de gênero. A obra também investiga a compatibilidade de decisões judiciais brasileiras com tratados internacionais, analisando, entre outros, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, as Convenções nºs 135, 155, 187 e 190 da OIT, e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8 da Agenda 2030 da ONU. As discussões abordam temas como a proteção da liberdade sindical, a jornada de trabalho em ambientes insalubres, a saúde e segurança do trabalho, o direito ao gozo de férias anuais remuneradas e o acesso à justiça para povos indígenas. A publicação inclui ainda uma análise sobre o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Enfrentamento ao Trabalho Escravo Contemporâneo do TST como instrumento de Controle de Convencionalidade.</p>
 <p>REVISTA DOS TRIBUNAIS ANO 108 - ABRIL DE 2019 - VOL. 1002</p> <p>THOMSON REUTERS REVISTA DOS TRIBUNAIS</p> <p>Registro Bibliográfico:</p> <p>130218</p>	<p>CAMBI, Eduardo; PORTO, Letícia de Andrade. Os precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 108, n. 1002, p. 371-404, abr. 2019.</p> <p>Resumo: A gestão do compliance como tecnologia promissora para concretização do princípio da eficiência no setor público brasileiro. O trabalho intermitente e seus impactos nas relações trabalhistas. As relações entre demandas no Direito Processual brasileiro. Competência legislativa - Município que, ao fiscalizar as áreas de uso e de ocupação do solo, não concedeu licença para funcionamento até a correção das irregularidades. Admissibilidade - Constatação pela Administração Pública de situação irregular na edificação que diz respeito a assunto de interesse local e atende ao interesse público. Pronúncia - Nulidade - Inocorrência - Homicídio qualificado - Alegação de excesso de linguagem na decisão - Inadmissibilidade - Fundamentação idônea, não havendo abuso de poder ou flagrante ilegalidade - Reconhecimento de eventual prejuízo, ademais, que requer revolvimento fático-probatório inviável em sede do writ.</p>



Registro
Bibliográfico:

114086

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. **Precedentes judiciais e segurança jurídica: fundamentos e possibilidades para a jurisdição constitucional brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2014. 304 p. ISBN 9788502214675.

Resumo: Esta obra é fruto da tese de doutorado da autora, que recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes de Tese 2012 ao enfrentar o problema de coerência e previsibilidade, no exercício da jurisdição constitucional, dos atos adjudicação judicial, defendendo a adoção de precedentes judiciais vinculantes pela Jurisdição Constitucional brasileira.

A preocupação que justifica o estudo parte do pressuposto de que hoje o Poder Judiciário assume cada vez mais o papel do *judge-made-law*, e, portanto, é necessário verificar de que modo é necessário verificar de que modo é possível um direito jurisprudencial que, aberto à moralidade política da comunidade, assuma um compromisso com o ideal de segurança jurídica e possa gerar decisões com um grau mínimo de coerência e previsibilidade?.

Para tanto a autora contextualiza, na primeira parte do trabalho, a crise de insegurança jurídica por que passa a Jurisdição Constitucional brasileira. Também demonstra os pontos de aproximação dos sistemas de *civil Law* e *common Law* no que diz respeito às jurisdições constitucionais.

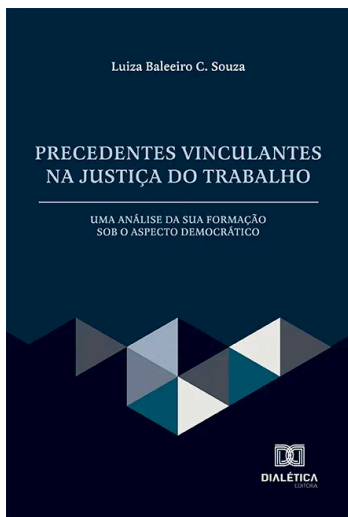


Registro
Bibliográfico:

150882

DELGADO, Mauricio Godinho et al (coord.). **Coleção estudos Enamat: volume 11 Gestão de precedentes na Justiça do Trabalho.** Enamat, 2024. 627 p. ISBN 9786599620362. Disponível em: <https://www.enamat.jus.br/pesquisa/colecao-estudos-enamat>. Acesso em: 05 maio 2026.

Resumo: Trata-se de uma construção coletiva e colaborativa entre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENAMAT), a Presidência e a Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, assim como a Comissão Gestora da Política de Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios na Justiça do Trabalho, designada conforme a Resolução CSJT n.º 374/2023. A compreensão do novel sistema de precedentes, mais do que a partir de técnicas e propostas metodológicas do Código de Processo Civil de 2015, centra-se no processo democrático e na teoria dworkiana da coerência e integridade do direito, de modo a propiciar o respeito à história jurídico-institucional, evitando a ocorrência de rupturas inesperadas e, ao mesmo tempo, permitindo a evolução do direito construída em processos argumentativos e com a disciplina das garantias processuais.

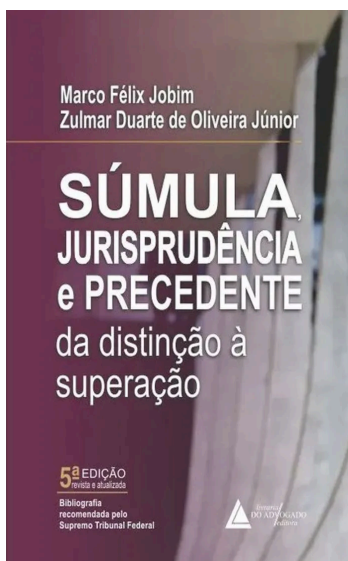


Registro
Bibliográfico:

154356

SOUZA, Luiza Baleeiro C. **Precedentes vinculantes na Justiça do Trabalho: uma análise da sua formação sob o aspecto democrático.** São Paulo: Dialética, 2024. 184 p. ISBN 9786527031567.

Resumo: O estudo dos precedentes no Brasil à luz de uma vertente democrática justifica-se diante do protagonismo do Poder Judiciário no deslinde de temas de extrema relevância. Trata-se de questão a ser apreciada com cautela, uma vez que nos rege um Estado Democrático de Direito no qual devem ser privilegiadas a participação popular à luz do Direito e a atuação harmônica dos poderes instituídos.

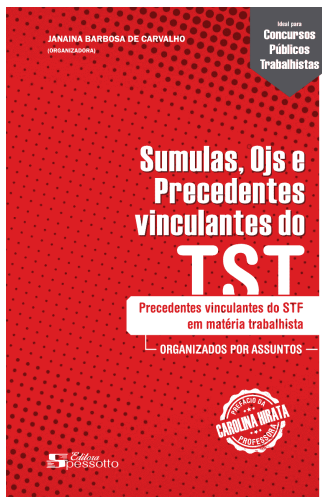


Registro
Bibliográfico:

152080

JOBIM, Marco Felix; OLIVEIRA JUNIOR, Zulmar Duarte de. **Súmula, jurisprudência e precedente: da distinção à superação.** 5. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024. 228 p. ISBN 9788595901063.

Resumo: Embora o fervor inicial em torno dos escritos pós-CPC/2015 tenha arrefecido nos últimos meses, o debate sobre precedentes judiciais e padrões decisórios vinculantes permanece como um dos temas mais desafiadores e discutidos na doutrina e nos tribunais brasileiros. A Recomendação 134 do CNJ, detalhada na edição anterior, continua a orientar juízes e juízas na busca por uma padronização mais eficaz na aplicação dessas decisões. Esta 5ª edição, não apenas incorpora melhorias formais, fruto do valioso feedback dos leitores, mas também aprofunda o entendimento do sistema de precedentes judiciais no Brasil, levando em consideração novas decisões importantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Suprema Corte dos Estados Unidos (SCOTUS).



Registro
Bibliográfico:

153236

CARVALHO, Janaina Barbosa de (org.). **Súmulas, OJs e precedentes vinculantes do TST**: precedentes vinculantes do STF em matéria trabalhista organizados por assuntos. Bauru: Spessotto, 2024. ISBN 9788559734577.

Resumo: O livro contém as Súmulas, Ojs e Precedentes vinculantes do TST e Precedentes Vinculantes do STF em matéria trabalhista, organizados por assunto. Indicação do impacto da Reforma Trabalhista *(Lei 13.467/2017) nas súmulas e Ojs do TST e remissão, mediante ícone próprio, das súmulas e Ojs que mais caem nos concursos públicos na área trabalhista. Tudo isso acompanhado de índices remissivos numéricos.

